



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO



Doutoras e recém-doutoras: reflexões sobre a perspectiva da Ciência como profissão

PhDs and recent PhDs: Reflections on the perspective of Science as a profession

Mirlene Fátima Simões¹

RESUMO

Este artigo analisa o panorama atual do doutorado no Brasil, com foco especial na trajetória das mulheres recém-doutoras. Examina-se, a partir de dados oficiais produzidos pelo sistema de ciência e tecnologia, o crescimento histórico da titulação das mulheres e os desafios impostos ao acesso à profissão e carreiras, sedimentados por uma ciência com intercorrências de financiamento. A pesquisa aborda, ainda, as desigualdades de remuneração e ocupação no mundo do trabalho entre homens e mulheres, ao final apresenta um exemplo, com dados comparativos das recém doutoradas a partir da cidade de São Carlos/SP.

PALAVRAS-CHAVE: Recém-doutoras. Profissão e trabalho. Gênero.

ABSTRACT

This article analyzes the current landscape of doctoral studies in Brazil, with a special focus on the trajectory of newly graduated women. Using official data from the science and technology system, it examines the historical growth in women's doctoral degrees and the challenges to accessing the profession and careers, compounded by a science system marked by funding constraints. The research also addresses wage and employment inequalities between men and women, and finally presents an example with comparative data on newly graduated doctors in the city of São Carlos/SP.

KEYWORDS: Newly graduated PhDs. Profession and work. Gender.

* * *

¹ Pós-doc no INCT Caleidoscópio, Coordenação Sul-Sudeste, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu - UNICAMP, São Paulo/Brasil. E-mail: mirlene@unicamp.br

Introdução

A história da pós-graduação no Brasil é recente. Embora existissem práticas científicas em tempos anteriores, o sistema de pós-graduação foi implementado em nosso país apenas nos anos 1960/70. Sabe-se que em 1808, iniciativas ligadas à pesquisa, relacionadas ao Horto Real no Rio de Janeiro, trouxeram métodos e análises baseadas em uma ciência eurocêntrica, e por isso também, um primeiro contato com o que seria a institucionalização da ciência brasileira, alinhando métodos e construindo investigações sobre o Brasil, seu território, povo, florestas e fauna, ao que se estabelecia como ciência no mundo. Mas, a institucionalização deste método de pesquisa científica se deu somente (quase) um século depois, em 1900, com a criação do Instituto Oswaldo Cruz.

Entre 1920 e 1930 organizaram-se as principais universidades no Brasil, a partir de um conjunto de escolas médicas, de engenharia e de direito que já existiam. A Universidade do Brasil (atual UFRJ) é de 1937, a Universidade de São Paulo (USP) é de 1934. Os institutos fundados nas décadas de 1940/50, relacionados ao contexto da II Guerra e de consolidação da pesquisa nas universidades, estavam voltados ao desenvolvimento tecnológico, industrial e das ciências ditas "puras" ou "básicas" - como o Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil, e o Instituto de Tecnologia Aeronáutica - ITA, por exemplo, e institutos de pesquisa para que se pudesse alcançar respostas práticas aos problemas brasileiros, como os relacionados à produção agrícola, o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) fundado em 1938 e consolidado na década de 1950. Na década seguinte foi criado o Conselho Nacional de Pesquisa, uma sugestão da Academia Brasileira de Ciências, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento científico e, com relação ao desenvolvimento de recursos humanos, foi criada a Capes - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Em 1975, o Conselho Nacional de Pesquisa foi

transformado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq. A partir deste momento é que se desenvolvem os programas de pós-graduação, principalmente ligados às universidades públicas, com pesquisa, ensino e extensão (DINIZ, 2023; NADER, 2019; DOMINGUES; ALMEIDA, 2025).

Este processo não foi linear, as disputas por interesses estrangeiros e pela subserviência da pesquisa nacional, formaram um cenário de investimento seletivo a determinadas áreas consideradas estratégicas e, com isso, desigualdades no acesso e permanência. Outros motivos se somaram a este, como o desconhecimento pela elite política, da necessidade da criação de um sistema de pesquisa nacional. Estes motivos criaram dificuldades e exclusões no processo de consolidação e ampliação da pós-graduação e, portanto, da pesquisa científica.

Na década de 1940, o termo “pós-graduação” foi usado pela primeira vez no Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil. Já nos anos seguintes, dois outros marcos consolidaram esse processo: a criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 1951, e o Parecer Sucupira, em 1965 [...] (DINIZ, 2023)

No contexto geral da institucionalização, percebe-se a defasagem para se instituir a pesquisa em nível nacional, dadas as condições de país colonizado e por muitos séculos, escravocrata. Quando situamos a presença da mulher neste espaço com esta história, as diferenças são também marcantes associadas com as desigualdades.

Neste período, que compreende o século XX, as mulheres foram as maiores vítimas da pobreza, e por mais que tenha sido um período de transformações sociais intensas, as mulheres foram as que menos acessaram direitos (SIMÕES, 2025). A presença das mulheres nas universidades, faculdades e centros de pesquisa era minoritária, concentrado em áreas tidas como femininas: letras, literatura, curso normal.

[...] é importante destacar que somente em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares. Portanto, foi a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar na universidade, e foi nos anos 1970 que começou a reversão do hiato de gênero no ensino superior. (BELTRÃO, 2009)

Até a década de 1970, não havia dados oficiais com relação à pós-graduação, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por exemplo, começou a medir somente na década de 1980 tais dados. (RIBEIRO; VIEIRA, 2023). O ingresso na universidade começou a ganhar espaço, impulsionado pelas demandas econômicas e pela modernização da economia e, em particular no caso das mulheres, pela pressão dos movimentos feministas que lutavam pela igualdade de direitos. Na década de 1970, o número de ingressantes nas universidades ganhou um relevante impulso: “nos anos de 1940 a 1960, os estudantes de Ensino Superior representavam menos de 0,10% da população brasileira, um percentual que aumentou para 0,65% em 1970 e 1,12% em 1980.” (RIBEIRO; VIEIRA, 2023, p.09). A população total no Brasil em 1970 era de 92.341.556.

Desta forma, pensar na trajetória das recém-doutoras e doutoras, em diferentes áreas do conhecimento é também pensar nos percursos entrecortados da institucionalização da ciência e da pesquisa no Brasil com o agravante do patriarcado e do machismo contornando as relações sociais, aumentando a desigualdade e promovendo a diferença.

Desde a década de 1970 avanços legislativos e institucionais significativos se fizeram presentes em busca da equidade no universo da pesquisa e da ciência no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o alicerce para a igualdade de direitos, enquanto os anos 2000 consolidaram políticas de equidade nas universidades brasileiras através de ações afirmativas. No entanto, as doutoras e recém doutoras enfrentam barreiras que ainda persistem na carreira científica e profissional, que serão abordados aqui mais à frente.

Trata-se de um estudo descritivo-analítico com interpretação e análise de dados disponíveis em plataformas oficiais do sistema científico e de tecnologia brasileiro, cujo objetivo é avaliar dados e entender a partir do aumento do número de tituladas no doutorado, quais estão sendo as formas de trabalho e profissional segundo o gênero no Brasil.

1 Panorama da Formação de Doutores no Brasil

A pauta feminista e a revolução sexual dos anos 1960 abriram caminhos para garantias no acesso a escolas e universidades e, desta forma, este período foi de aumento significativo da presença das mulheres em todos os níveis de formação. No entanto, as condições restritivas impostas pela ditadura, no final dos anos 1960, inibiu este processo, sendo retomado mais à frente, a partir dos anos 1980, com um número crescente de mulheres matriculadas em universidades e ingressantes na pós-graduação.

O gráfico abaixo demonstra, a partir dos anos 1990, o crescimento da oferta de cursos de mestrado e doutorado no país, o estudo foi produzido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, órgão supervisionado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Atente que os cursos de doutorado acadêmico têm o mesmo número de vagas desde a década de 1990 até 2021, no entanto outros modelos surgiram, abrindo novas vagas e cursos:

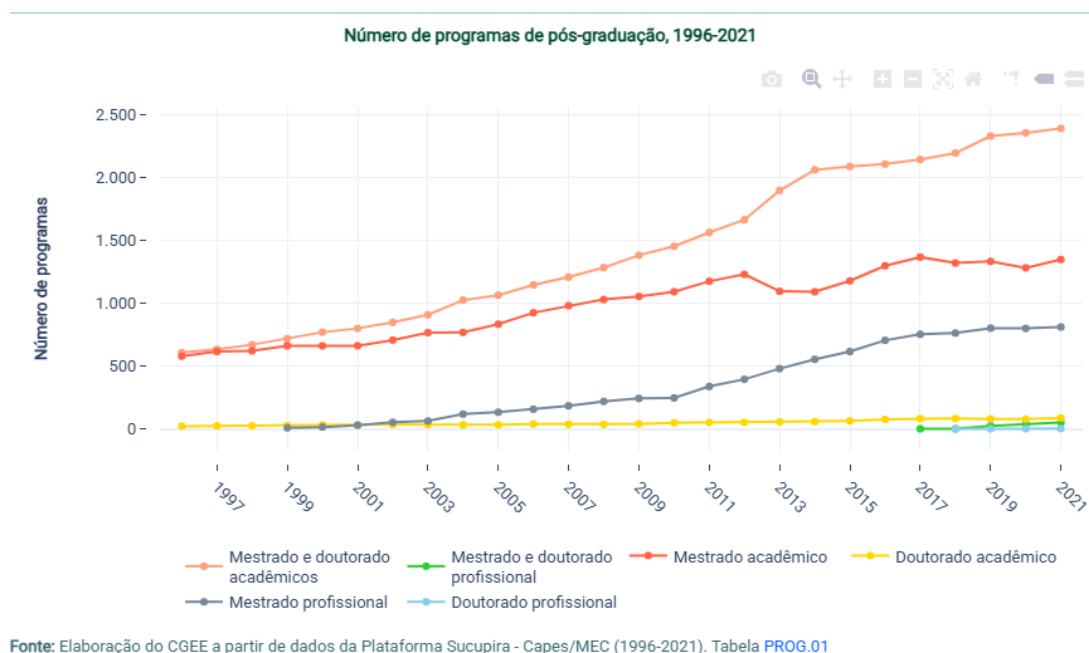
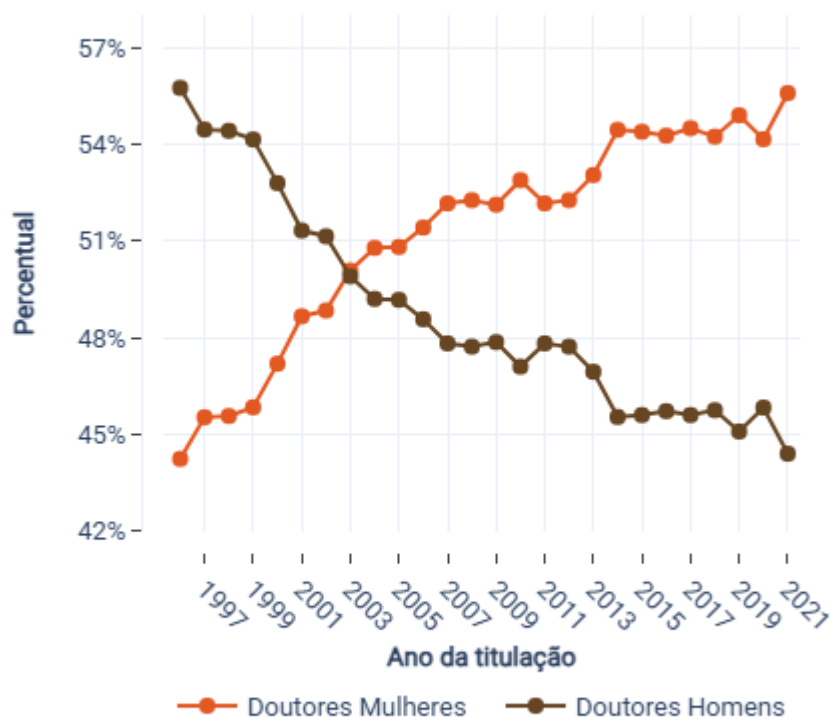


Imagem 1: gráfico com o número de programas de pós-graduação de 1996-2021.
Fonte: CGEE (2025)

O sistema brasileiro de pós-graduação atendeu em 2023 mais de 360 mil alunos (BRASIL, MEC, 2023). Entre 1996 e 2021, observou-se uma evolução constante, atingindo um pico de 24,4 mil doutores titulados em 2019. Após este período, com o advento da pandemia Covid-19, reduziu o número de matriculados e de titulados na pós-graduação. Mesmo assim, as mulheres continuam sendo maioria, assim como pode ser observado no gráfico abaixo produzido pela CGEE:

Proporção de mulheres e homens entre os titulados, 1996-2021 (%)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira - Capes/MEC (1996-2021). Tabelas [M.TIT.11](#) e [D.TIT.11](#)

Imagem 2: gráfico com o percentual de titulados, homens e mulheres no doutorado no Brasil entre 1996-2021. Fonte: CGEE (2025)

Observa-se no gráfico que em 1996 os homens entre os titulados era de 55,8%, enquanto as mulheres tituladas era de 44,3%. Em 2021, estes dados se inverteram pois os homens titulados alcançaram 44,4% e as mulheres 55,6%.

Verifica-se uma mudança profunda com relação à cultura e os papéis das mulheres na sociedade e suas relações com o mundo do trabalho, em especial com o acesso à pesquisa e à ciência. Em pouco mais de duas décadas as mulheres no Brasil encontram no ato de produzir ciência um espaço de autonomia financeira e de trabalho. O que se nota é que embora haja um predomínio nas tituladas no doutorado, ainda persistem diferenças relacionadas à liderança e cargos de poder em todo o sistema de pesquisa e ciência no Brasil. Pode-se pensar, então, que nem sempre o título de

doutorado é condição para a continuidade na carreira científica. Assim como será exposto logo mais neste artigo.

Importante lembrar que no plano internacional, o Brasil possui 10,2 doutores para cada 100 mil habitantes, um índice três vezes inferior à média da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assim como pode ser verificado no gráfico abaixo, produzido pelo CGEE em comparação ao países que compõem a OCDE,

Número de títulos concedidos no Brasil e em países selecionados por 100 mil habitantes, 2013 e 2021



Fontes: Brasil: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira - Capes/MEC (2013 e 2021). Tabelas [M.TIT.17](#) e [D.TIT.17](#)

Imagem 3: gráfico com o número de titulados/100mil-hab, homens e mulheres no doutorado no Brasil em comparação aos países membros da OCDE, entre 2013-2021. Fonte: CGEE (2025)

O gráfico demonstra o quanto os programas de doutorado no Brasil podem ampliar o número de vagas e o quanto de diversidade de programas podem ser criados. A tendência de crescimento e participação das mulheres no doutorado em todos os países da OCDE é constante, incluindo o Brasil, mas distante do número absoluto de doutores na população, 0,2% contra 1,1% da OCDE. (CGEE, 2025)

Esta baixa densidade de doutores, somados aos cortes orçamentários na ciência, compromete o desenvolvimento do país, a independência e soberania, assim como, de forma direta compromete a absorção dos recursos humanos titulados no doutorado.

Lembra-se que em 2022, no sistema nacional de pós-graduação, o número de formados estava 13% abaixo do patamar de 2019. Fatores como a desvalorização das bolsas e o longo tempo de formação, que pode chegar a 15 anos da graduação ao doutorado, desestimulam novos ingressos. A idade média de titulação no doutorado brasileiro caiu de 39,4 anos (1996) para 37,4 anos (2021), mas ainda permanece 2,1 anos acima da média da OCDE.

2 Perfil da Mulher na Ciência Brasileira

No Brasil, em 2021, as mulheres foram responsáveis por 55,6% das teses de doutorado defendidas, o maior índice registrado desde 1996. Entretanto, essa predominância acadêmica não se traduz em equidade na progressão de carreira, e ainda sobre a perspectiva de longo prazo, fora do circuito acadêmico, são poucos os espaços de trabalho para as recém-doutoras.

Bandeira (2008), aponta que existem limites institucionais no campo científico que impõe barreiras ao acesso das mulheres em estruturas de liderança nos espaços de pesquisa. A presença de mais mulheres nestes espaços é condicionante para transformar o modelo tradicional de pesquisa, permitindo a construção de relações que vão além do caráter androcêntrico.

Para a autora, a inclusão de mais mulheres na ciência é importante para transformar a ciência em si e suas práticas.

Dialogando com Bandeira, Segato (2021) propõe uma inversão na relação entre sujeito e pesquisador e, assim, também reafirma uma ciência diferente daquela fundante na Europa ou EUA, e constrói uma ciência que seja a partir da América-Latina, que tem o foco nas necessidades dos grupos, territórios, cultura e vida latina. O pesquisador, nesta metodologia, não faz pesquisa acadêmica somente, e sim é um agente que tem a interface da ciência com as demandas da sociedade, pensando continuamente e conjuntamente nas soluções. É uma ciência sem a demanda de produtividade imposta pelo sistema internacional. Desta forma, é possível, além de outros temas, como afirma a autora, desconstruir pautas impostas pelos modelos tradicionais e incluir a igualdade e equidade de gênero na ciência.

No cenário apresentado anteriormente aqui neste artigo, viu-se o crescimento contínuo, desde a década de 1970, da inclusão das mulheres em programas de pós-graduação, e ao chegar em 2024 elas foram a maioria das titulações em programas de doutorado. (BRASIL. MCTI, 2025)

Algumas observações acerca destes dados. a) A participação feminina diminui à medida que a carreira avança (BENEDITO, 2019); b) o percentual de mulheres autoras de publicações cresceu de 38% (2002) para 49% (2022) (BORI-ELSEVIER, 2024), mesmo assim, as mulheres continuam sendo citadas em menor número comparada aos homens (WU, 2024); c) a desigualdade persiste em áreas tecnológicas, onde para cada cinco contratações (empresas e indústrias), uma é de mulher. Nestas áreas, elas são 35% das matrículas na graduação e 26% na pós-graduação (UNESCO, 2025).

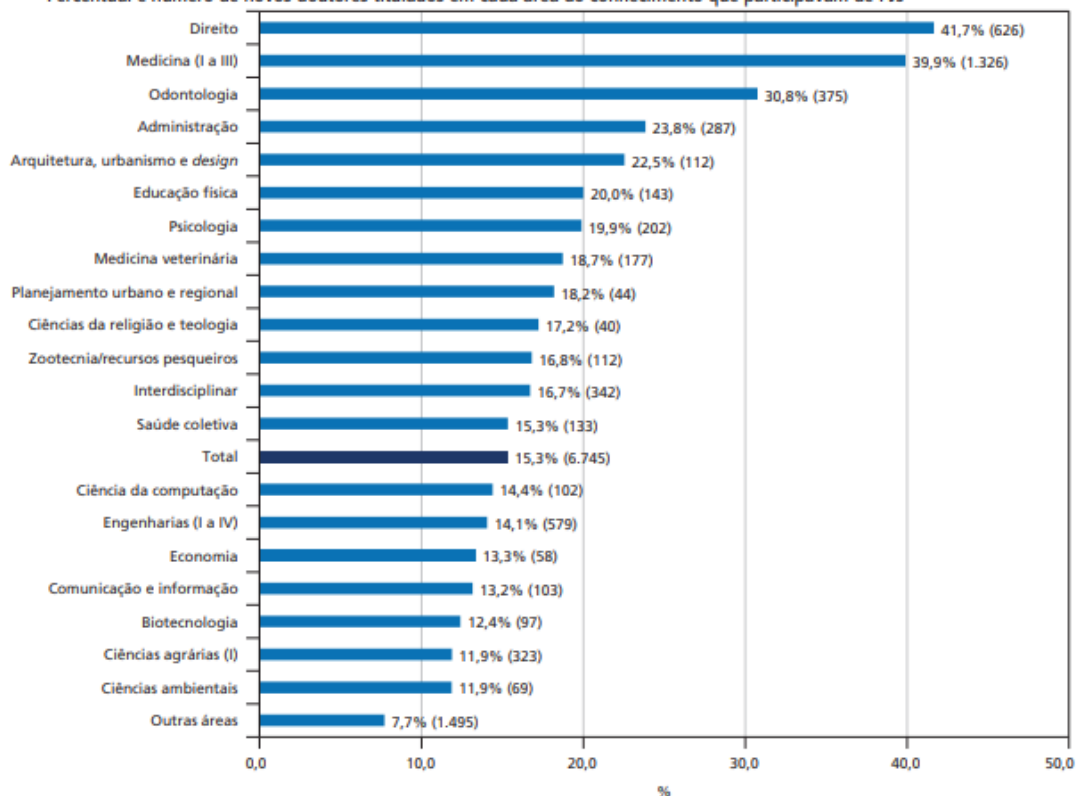
Verifica-se que as desigualdades são persistentes em áreas do conhecimento como as engenharias, matemática, artes e tecnologias. A desigualdade é persistente também na liderança de grupos de pesquisa e espaços de poder na ciência no Brasil. O acesso e permanência na pós-graduação foi o primeiro passo, e agora, assim como descreve Segato (2021) e Bandeira (2008), é fundamental rediscutir o sistema de ciência e tecnologia,

para que se possa associar esta ao país, seu desenvolvimento social e econômico, e a sustentabilidade ambiental.

O perfil geral da ciência e dos cientistas no Brasil, apresenta uma participação feminina nas bolsas de doutorado de 53,4% (BRASIL. MEC, 2025), as pessoas negras ocuparam 33,4% das bolsas de pesquisa (BRASIL. MEC, 2025), o baixo financiamento e cortes orçamentários na área são constantes, o que instabiliza pesquisas a longo prazo e fomento para diversificação e ampliação da pesquisa. Para 2026 o corte proposto foi de 7% para a Capes e CNPq e mais 500 milhões nas Universidades Federais (ABC, 2025).

Outro fator recente que tem que se observar é o empreendedorismo que surge como uma via alternativa, com 15,3% dos doutores titulados em 2021-2022 atuando como sócios ou administradores de empresas. Este índice é superior ao de países como EUA (9%) e Reino Unido (7%) (GAMA E COLOMBO, 2025). Contudo, 54,7% dessas empresas são microempresas, sugerindo um processo de "pejotização" e precarização do trabalho, onde o CNPJ substitui o vínculo empregatício formal. Além disso, 85% dos doutores fora do setor educacional ocupam funções que não aproveitam estritamente sua formação avançada.

Na pesquisa, Gama e Colombo (2025) não apresentou o resultado por gênero e raça pois no banco de dados dos cadastros CNPJ não consta este dado, no entanto, o autor sugere que a maior parte deste empreendedorismo é realizado por mulheres, pois as áreas onde mais empresas foram criadas são na saúde (médicos no geral e odontologia) e direito (várias áreas) onde há uma predominância de tituladas mulheres, assim como é apresentado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 3Percentual e número de novos doutores titulados em cada área do conhecimento que participavam de PJs¹

Fontes: Capes (base de dados sigilosa) e RFB (disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastro-nacional-da-pessoa-juridica---cnpj>; acesso em: 8 jul. 2024).
Elaboração do autor.

Imagem 4: gráfico com o número de titulados no doutorado em 2021 e 2022, com empresas em 2024 no Brasil. Fonte: Gama e Colombo (2025)

Apresenta-se na próxima seção reflexões sobre análise realizada com doutoras e recém doutoras e o espaço de trabalho que ocupam, em até dez anos após a titulação.

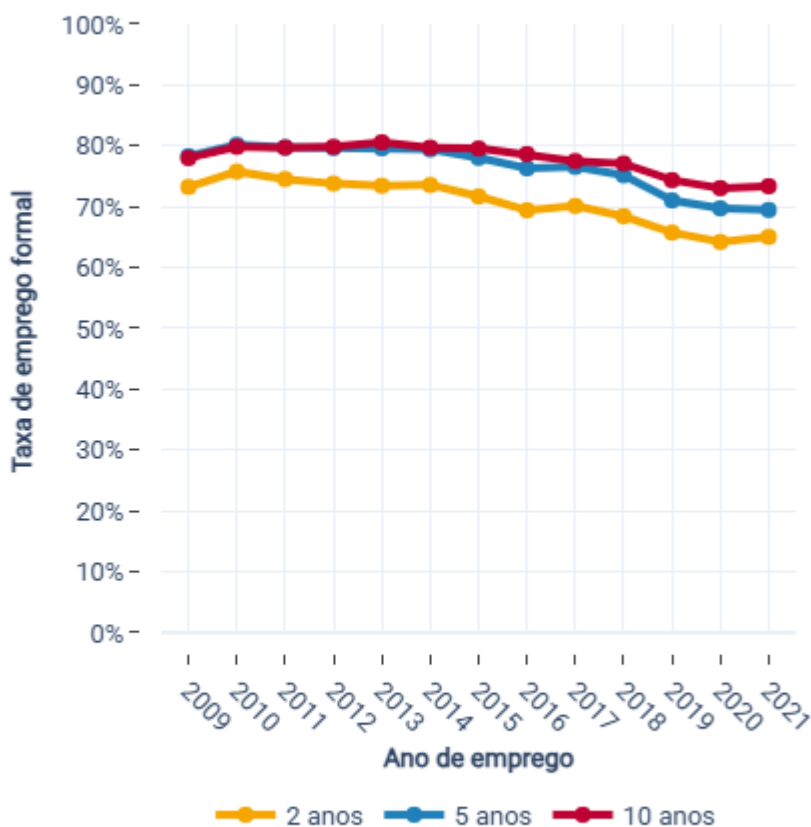
3 Mercado de Trabalho para as recém-doutoras

Ainda se tem várias inconsistências e fragmentação de dados relacionadas às mulheres recém doutoras no Brasil e o perfil de suas carreiras após a titulação. Em parte isso se deve à tardia estruturação da ciência no Brasil, datando de forma sistemática a partir da década de 1970, e especificamente às mulheres, que além desta herança, são também atingidas pela estrutura patriarcal que ainda se concebe a ciência e a pesquisa. O que se apresenta neste estudo, são ensaios, reflexões e análises de documentos

oficiais e que torna possível criar o horizonte de críticas e possibilidades quanto à alocação profissional das recém doutoras. Reforça-se que este é um debate nacional que envolve setores da economia e da sociedade, afinal, investir em média sete anos de estudos e pesquisa (somados o mestrado e o doutorado) com bolsas, traduz uma especialidade rica, que deve ser utilizada em prol desta mesma sociedade.

A inserção profissional de doutores apresenta sinais de retração. A proporção de doutores com emprego formal dois anos após a titulação caiu de 75,8% (2010) para 65% (2021). Assim como é apresentado no gráfico abaixo:

Taxa de emprego formal, dois, cinco e dez anos após a titulação, 2009-2021 (%)



Fontes: Elaboração CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira - Capes/MEC (1996-2021) e RAIS/MTE (2009-2021). Tabelas [M.EMP.21](#), [M.EMP.22](#), [M.EMP.23](#). e [D.EMP.21](#), [D.EMP.22](#), [D.EMP.23](#).

Imagem 5: gráfico com a taxa de emprego formal de doutorado após 2, 5 e 10 anos de titulado. Brasil. Fonte: CGEE (2025)

Estes dados, produzidos pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2025), não fazem a análise separada entre homens e mulheres. No entanto, é importante destacar que na tabela acima, os dados correspondem a quem foi titulado e por meio do diploma está empregado. A área de maior empregabilidade foi Ciências Exatas e da Terra, com 78,9% de doutores admitidos em até 5 anos após a titulação.

Ressalta-se que a desigualdade de gênero é persistente na remuneração (Relatório Transparência Salarial, 2025). Os salários para mulheres chegam a ser 29,7% menores que os homens na mesma profissão, com diferenças mais acentuadas para os doutores nas Ciências Agrárias e Sociais Aplicadas. No mercado de trabalho tecnológico, apenas 30% das empresas são lideradas por mulheres.

Quando se analisa os maiores empregados, há um predomínio do setor público, principalmente do governo federal e dos governos estaduais, assim como se apresenta no gráfico abaixo:



Imagem 6: gráfico com setores empregadores de doutores. Brasil. Fonte: CGEE (2025)

É possível observar que a formação de uma aluna de doutorado permanece estreitamente vinculada às condições subsequentes de inserção profissional em atividades correlatas nas instituições públicas. Destaca-se que na Administração Pública Federal e Estadual, grande parte das profissionais está ligada às universidades, institutos de pesquisa e centros de pesquisa (carreiras de docência e similares).

3.1 São Carlos, capital da tecnologia

A cidade de São Carlos, no interior de São Paulo, é conhecida como a Capital da Tecnologia, pois concentra centros de pesquisa, universidades e pólos tecnológicos, e uma frequência de ensino, pesquisa e extensão reconhecidos internacionalmente. Concentra grandes universidades públicas com um amplo sistema de tecnologia e inovação, 4 Embrapii - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, e diversos centros de pesquisa, além de duas Embrapa e uma Incubadora de Empresas. São mais de 2.530 doutores em uma cidade com aproximadamente 250 mil habitantes (IBGE, 2022), o que representa um doutor para cada 100 moradores, média quase dez vezes maior que a nacional (USP, 2025).

Mesmo assim, o contraste entre qualificação de ponta e absorção profissional é alto. O gráfico abaixo é uma análise a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023 (base 2022) com especificidade para a cidade de São Carlos/SP:

Diversidade de Emprego

Período
2022

Indicador
Empregados

Diversidade
Grau de instrução

Provisão
Por gênero

Empresa Mercantil
Sim

Porte Agregado
MPE

O gráfico mostra a distribuição dos empregados na cidade de São Carlos por grau de instrução.

Em 2022, as trabalhadoras do sexo feminino eram de 36,862 empregados (42.3%) com uma remuneração média de R\$ 3629,70, enquanto a parte masculina era de 50,224 (57.7%) com uma remuneração média por pessoa de R\$ 4481,34.

É possível consultar outras medidas de diversidade no gráfico, alterando as opções selecionadas nos botões superiores.

Dados fornecidos por [Relação Anual de Informações Sociais \(RAIS\)](#).

Empregados por sexo e grau de instrução, 2022 (São Carlos)
Total: 34.2k

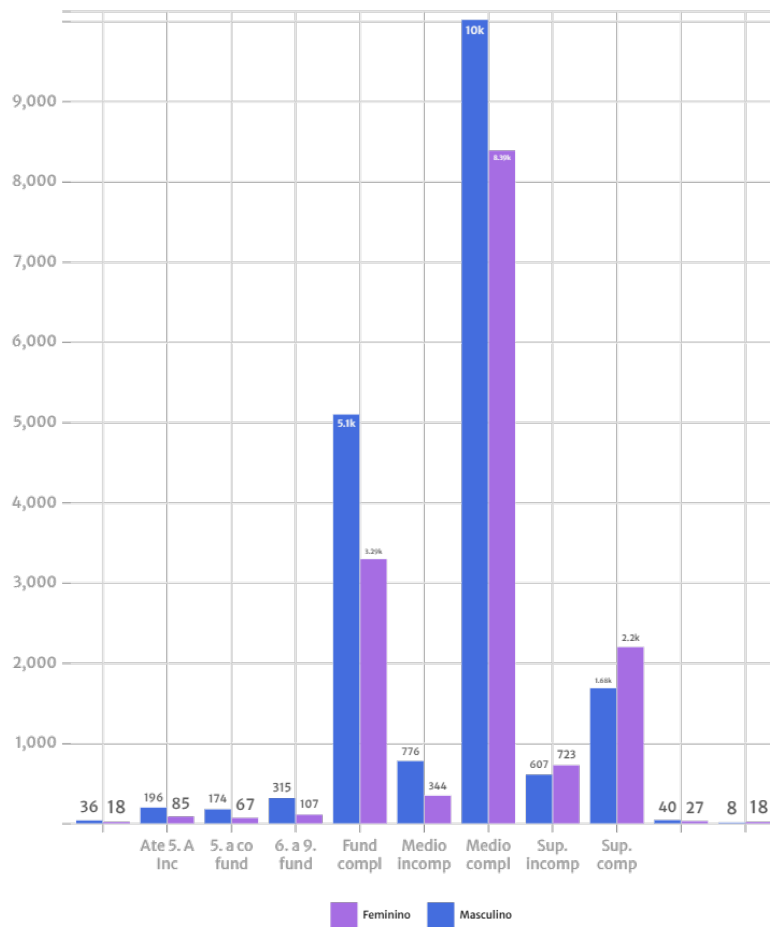


Imagem 7: gráfico por sexo e grau de instrução em São Carlos/SP. RAIS 2022.

O gráfico apresenta dados de diversidade de emprego em São Carlos em 2022, com um total de 34.200 empregados, detalhando a distribuição por sexo e grau de instrução. Em 2022, havia 36.862 mulheres trabalhadoras (42,3%) e 50.224 homens trabalhadores (57,7%) em São Carlos. A remuneração média para mulheres foi de R\$3.629,70, enquanto para homens foi de R\$4.481,34. A maioria dos empregados, tanto homens quanto mulheres, tinha ensino médio completo.

A contratação de doutores, no gráfico apresentado à direita, após ‘ensino superior completo’, apresenta um dado importante: em um recorte específico, foram identificadas 18 mulheres contratadas para 8 homens com o título de doutorado. Nesta busca não foi possível identificar cor/raça por empregado na mesma função, pois a fonte de dados não insere cor/raça. As contratações neste período tinham variado de 2 a 3 anos após a titulação. O fato importante de se analisar, assim como apresentado na seção anterior e seguindo a tendência nacional, as doutoras foram contratadas, em sua maioria, em trabalhos ligados à educação pública local.

Este exemplo, reforça a condição da necessidade em identificarmos o percurso das recém-doutoras e suas carreiras profissionais e assim pensar em políticas específicas para suas condições profissionais.

4 Conclusão

Este estudo indica que, embora o Brasil tenha aumentado significativamente o número de doutoras, em diferentes áreas do conhecimento, o mundo do trabalho ainda apresenta barreiras estruturais de contratação e remuneração. Para enfrentar a crise e a subutilização desses talentos, órgãos como a CAPES e universidades como a USP e UNESP propõem: estreitar a relação com o setor produtivo não acadêmico; flexibilizar currículos e formatos de programas de pós-graduação, reduzindo os anos de formação, oferecer formação em empreendedorismo e mentoria para reduzir

a precarização, ampliar os recursos da pesquisa e da ciência no Brasil. Vinculado a estas propostas, é fundamental políticas exclusivas de acesso e permanência em cargos de liderança para mulheres tituladas no doutorado, além de adequar dados e acompanhamento com pesquisas longitudinais acerca das trajetórias das recém-doutoras.

Referências

- ABC. Academia Brasileira de Ciências. Cortes na Ciência na LOA - Lei de Diretrizes Orçamentárias, de 2026. Acesso em dez 2025, disponível em: <https://www.abc.org.br/2025/12/22/abc-e-sbpc-alertam-para-cortes-na-ciencia-na-loa-2026/>
- BANDEIRA, Lourdes. *A contribuição da crítica feminista à ciência*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf> . Acesso em mar. 2025. doi: 10.1590/S0104-026X2008000100020
- BELTRÃO, K.; ALVES, J. *Reversal of the gender gap in Brazilian education in the 20th*. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007> . Other Issues. Cad. Pesqui. 39 (136), Apr 2009. Acesso em dez 2025
- BRASIL. MEC. *Ministério da Educação. Dados dos programas de Pós-Graduação no Brasil 2023*. Publicado em 2024. Acesso em novembro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/pos-graduacao-stricto-sensu-tem-mais-de-350-mil-matriculados>
- BRASIL. MCTI. *Mulheres são maioria das bolsas de mestrado e doutorado*. 2025. Acesso em maio 2025, disponível em <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/02/mulheres-ja-sao-maioria-nas-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-mas-ocupam-apenas-35-5-das-bolsas-de-produtividade>
- BENEDITO, F. *Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência*. Cienc. Cult. vol.71 no.2. São Paulo Apr./June 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200003> . Acesso em abril 2025.
- BORI-ELSEVIER. *Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil*. Relatório #4, Março de 2024, Acesso em abril 2025, Disponível em:

<https://abori.com.br/relatorios/em-direcao-a-equidade-de-genero-na-pesquisa-no-brasil/>

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Observatório de RH para CT&I. Pesquisa: Brasil: Mestres e Doutores 2024*. Publicada em 2025. Acesso em set. 2025. Disponível em <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/estudo>

DINIZ, Isis. *A pós-graduação no Brasil: evolução e desafios*. Observatório de Políticas Científicas. 2023. Acesso em dez de 2025. Disponível em <https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/a-pos-graduacao-no-brasil-evolucao-e-desafios/>

DOMINGUES, H. M. B.; ALMEIDA, M. *Ciências e tecnologias num Brasil (in)dependente*. Brasília: Editora IBICT, 2025

GAMA E COLOMBO, D. Empreendedorismo de Doutores: análise dos Sócios e Gestores de Organizações recém-egressos do doutorado no Brasil. RADAR: tecnologia, produção e comércio exterior. Brasília, DF: Ipea, n. 78, abr. 2025. ISSN 2177-1855. Quadrimestral. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/radar78> Acesso em dez 2025.

NADER, H; BOLZANI, V; FERREIRA, J. R. *Ciência para o Brasil. 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. São Paulo: SBPC, 2019.

RELATÓRIO TRANSPARÊNCIA SALARIAL. Ministério do Trabalho, Ministério das Mulheres, Ministério da Fazenda. Governo Federal. Brasília, 2025. Acesso em janeiro 2026, disponível em

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNTFhZWl0MzUtZjZkOC00Y2EwLTg5MTMtYjlkODYyOGFwNTIwLiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. *O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980)*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023100, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18047>

SEGATO, R. *Crítica da colonialidade em oito ensaios – e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 346p.

SIMÕES, M. F. *América Latina mulheres! Ciência, movimentos sociais e arte: caminhos em [re]construção*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2025. 1. ed., 290p.

UNESCO. *#EDUCASTEM2030*. Acesso em dez 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/educastem2030?hub=66635>

USP. *São Carlos capital da Tecnologia*. Acesso em dez 2025. Disponível em: <https://saocarlos.usp.br/a-cidade-de-sao-carlos/#:~:text=%C3%89%20reconhecida%20como%20A%20Capital,empresas%20de%20pequeno%20%C3%A0%20grande>

WU, C. *The gender citation gap: Approaches, explanations, and implications*. Sociology Compass. 2024, DOI: <https://doi.org/10.1111/soc4.13189>, acesso em nov 2025.

Recebido em janeiro de 2026.
Aprovado em junho de 2026.